

A VOLUBILIDADE DO TRABALHO DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Valéria A. Castro Morais¹

valeriaaparecidacastromorais@hotmail.com

Cleusa Maria da Silva²

cmsilva@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa refletir sobre as relações de trabalho promovidas pelo homem/natureza na história da humanidade. Ao longo dos séculos o trabalho produziu mercadorias e também se tornou mercadoria que pode ser comprada e vendida. Aquele que vende a força de trabalho se ver expropriados dos meios de produção. A acumulação propiciada pela apropriação e alienação do trabalho proporcionou a classe compradora o controle do sistema produtivo e a ampliação do processo acumulativo o que resultou na fragmentação e especialização do trabalho. A conjugação de novas tecnologias criou intensas mudanças no mundo do trabalho, na sociedade e nas relações homem natureza.

Palavras chaves: Natureza. Capital. Trabalho. Capitalismo.

Abstract: This paper aims to reflect on the working relationships promoted by the man/nature in the history of mankind. Over the centuries the work produced merchandise and also became goods that can be bought and sold. Who sells the workforce to see expropriated the means of production. The accumulation provided by the appropriation and alienation of labor provided the comprador class control of the production system and the expansion of the cumulative process which resulted in the fragmentation and specialization of labor. The combination of new technologies has created major changes in the world of work, society and human relationships in nature.

Keywords: Nature. Capital. Labor. Capitalism.

Introdução

O padrão de produção e as relações de trabalho no decorrer da história do homem alteraram significativamente de período em período, e atualmente pode ser identificado como uma nova racionalização do trabalho. Neste sentido esse texto visa tratar de maneira sucinta a evolução das reações de trabalho ao longo do tempo histórico.

Obviamente, o fenômeno trabalho não se encontra homogeneizado no mundo, uma vez que estas se ligam a uma série de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Mas com a desintegração do mundo socialista o sistema

¹ Professora do curso de geografia UEG - Unidade de Pires do Rio.

² Professora do curso de geografia UEG - Unidade de Pires do Rio.

capitalista é o único modelo de produção das sociedades modernas. De fato, o que se observa não é um padrão único de mudanças, mas, sim situações diversas em cada país, ou região. Cada uma com ritmos diferenciados de transformações nas relações de trabalho e, por via de consequência, em situações distintas de mercado de trabalho, pobreza e exclusão social.

No decorrer da história da humanidade, os modos de trabalho foram aperfeiçoando-se, primeiramente para suprir as necessidades metabólicas e depois para se adequar aos sistemas econômicos e modos de produção vigentes. No princípio, quando os homens eram pouco numerosos, estabelecia uma relação menos agressiva com a natureza, dando-lhes condições de reprodução.

A evolução das relações homem natureza através do trabalho

Diferentemente dos animais, o homem age conscientemente sobre a natureza, imagina o que quer conseguir, e escolhe a melhor maneira para atingir seu objetivo. Acumulam-se conhecimentos e usa-os para transformar e retirar elementos do espaço natural em que vive.

Marx, ao analisar a relação do homem com o meio natural compara a alguns animais.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão; a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos da colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói na sua imaginação antes de construir na realidade. No fim, ele chega a um resultado que já existia desde o início (MARX, 1982, p.65).

Portanto, o trabalho é uma atividade consciente, conseguida através da força física, mas principalmente por meio da inteligência, que é própria do ser humano, intensifica-se a partir do momento que o indivíduo começa a desenvolver a fala, o cérebro e a viver em sociedade, desenvolvendo-se de geração em geração.

Engels também aborda o uso da natureza pelo homem, observando que:

[...] o homem a submete [a natureza], pondo-a a seu serviço de seus fins determinados imprimindo-lhe modificações que julga necessária, isto é, domina a natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e por outro lado é o trabalho que determinada essa diferença (ENGELS, 1979, p. 223).

A partir das considerações desse autor, vale ressaltar que houve um tempo em que à necessidade e os usos da natureza eram locais. A sociedade criava os meios, comandavam os tempos sociais e os limites de sua utilização havendo, dessa forma, uma harmonia sócio-espacial. Os homens dominavam toda a técnica do processo produtivo.

A descoberta do fogo e o início da agricultura foram grandes avanços para a humanidade. A partir destas descobertas, o homem começa a dividir tarefas, a trabalhar uns para os outros, adquirindo assim uma forma social. Cria-se relações não somente com a natureza, mas também com outras pessoas.

Com o contínuo desenvolvimento do homem e da sociedade, surgem novas técnicas de produção que propiciaram o surgimento da troca, das fábricas, das ciências, das artes, e novos tipos de serviços. Através destas organizações e descobertas, o trabalho foi tomando caráter diferente nos variados níveis espacial. Novas técnicas de produção surgem. Novos meios de organização do trabalho vão estabelecendo-se formando novas relações sociais, políticas e econômicas. Diante desse processo de transformação e tecnificação do trabalho, o trabalhador também vai adquirindo novas características e apropriando-se de novos modos de labor, conseguindo alcançar outros campos.

O sujeito através do trabalho transforma o objeto e por meio dele proporciona a socialização da natureza. Assim, o trabalho transforma a primeira natureza em segunda natureza³ e passa a ser o controlador universal da relação homem/natureza.

O trabalho é abordado por várias áreas de conhecimento e a Geografia também procura compreender e explicar este fenômeno, o qual é visto como “expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo ou em seu vir a ser* há uma intenção ontológica associada ao processo de humanização do homem”.(THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.4). Também vários são os autores que estudam o fenômeno trabalho para entender sua dinâmica e intenção.

Um autor do século XIX que influenciou vários pensadores que se dedicam ao estudo do labor é Marx, que conceitua trabalho como:

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1985, p.202).

Todas as transformações impostas pelo modelo econômico limitam o homem em suas funções e o trabalho passa a ter outra característica. Impõe uma “clara limitação do homem a uma coisa físico-econômica e da natureza a um grande e inesgotável arsenal de recursos naturais, noções que se instalaram com o imaginário da sociedade industrial”. (MOREIRA, 2001, p. 12).

³ Milton Santos discute estes conceitos em sua obra Espaço e Método (1985, p.08).

Se nas sociedades pré-capitalistas as mercadorias tinham valor-de-uso⁴, agora elas adquirem uma nova característica, passam a ter também valor-de-troca, transformando-se em atividade econômica. Separa o homem dos meios de produção, capital e trabalho e cria uma nova classe social: os assalariados, que para Antunes -“compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho - a classe que vive do trabalho⁵”. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.336).

No período que antecede a manufatura o homem era proprietário da sua força de trabalho, dos meios de produção e consequentemente das mercadorias. A produção era diversificada, geralmente organizada por regiões, de forma que cada região especializava-se na confecção de determinados objetos e organizavam-se em corporações de ofício. As corporações zelavam pela qualidade dos produtos, não eram adeptas às inovações técnicas e valorizavam o aprendizado das gerações passadas. Nasce no século XVI o capitalismo. O capital que até então estava limitado à circulação de mercadorias, agora penetra na área de produção. Novas relações de produção e consequentemente de trabalho são estabelecidas.

Desta forma, a partir deste novo sistema econômico e político tudo se transforma em mercadoria, natureza e trabalhador assalariado; sendo o último a mais importante mercadoria do sistema. O trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho ao capitalista gera a mais-valia⁶, ou seja, agrega valor superior à sua própria força de trabalho, possibilitando assim a expansão do capital através do lucro obtido com o emprego da força de trabalho do assalariado. Em “O Capital”, Marx afirma que: “A função verdadeira específica do capital enquanto capital é, pois a produção de mais-valia, e essa não é outra coisa senão produção real – de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiviza com mais valor”. (MARX, 1985, p.6).

Diante do novo quadro faz-se necessário uma nova configuração no campo do trabalho, para que se tenham condições de suprir os novos mercados alcançados.

A fragmentação e a especialização do trabalho

⁴ Valor-de-uso: a mercadoria é produzida para ser consumida (destruída) e que o consumidor se dispõe a pagar o suficiente para que a produção seja retomada. Valor-de-troca: as mercadorias não são apenas compradas para serem consumidas, mas também para serem vendidas. Cada mercadoria oferece ao seu possuidor a possibilidade - mediante venda e compra - obter outra mercadoria. (SINGER, 1987, p.29).

⁵ A classe que-vive-do-trabalho: todos que vivem do salário e são desprovidos dos meios de produção, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorpora também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo e o proletariado rural... (ANTUNES, 2004).

⁶ Conceito segundo Paulo Sandroni. O que é mais-valia (1986, p.65).

Na busca de ampliar os lucros é preciso aumentar a produtividade. Assim há a necessidade de racionalizar sobre a lógica da produção. Então, mediante as novas circunstâncias faz-se indispensável uma divisão técnica do trabalho, onde um único trabalhador não mais realiza todas as funções, mas cada grupo ou empregado realizará somente uma função, havendo, portanto, a fragmentação do trabalho. Assim, mediante esta constatação, inicia-se a alienação do trabalhador.

Para Singer, a nova divisão do trabalho proporciona aumento na produtividade em três maneiras, pois “poupava tempo, aumentava a destreza do trabalhador e ensejava a invenção de ferramentas”.(SINGER, 1987, p.16).

Maurice Dobb descreve Capitalismo como sendo um “sistema em que os utensílios e as ferramentas, edifícios e matérias-primas com que é obtida a produção - capital numa palavra - são predominantemente de propriedade privada ou individual”.(DOBB apud CATANI, 1980, p.19).

Ao conceituar o sistema econômico capitalista Singer afirma que num sistema sócio-econômico em que os meios de produção são propriedades privada duma classe social em contraposição a outra classe de trabalhadores são não-proprietários, criando assim um antagonismo.

Nesse modelo de produção o trabalhador assalariado cria as condições necessárias para produção e reprodução do sistema capitalista. Por outro lado o trabalhador na busca de sua sobrevivência, nega a si o lazer, o saber e se vê desprovido de poder. Portanto o capital subordina o trabalhador às suas leis, e o faz sob a aprovação do Estado, que muitas vezes dá aos detentores do poder as condições necessárias de se manter no poder.

No momento, em que surge a Primeira Revolução Industrial, com início na Inglaterra, o trabalhador adquire nova função, passa a regular, acionar e desligar a máquina, sendo separado definitivamente do processo de produção do produto.

A substituição do homem pela máquina apresenta vantagens para o capital, porque reduz o custo da produção. Inicia-se um processo ininterrupto de produção coletiva em massa, com grande geração de lucro e maior acúmulo de capital.

De acordo com Moreira, o trabalho após a Revolução Industrial ganha novo sentido. Para ele, a lida,

[...] passa a ser o processo da transformação da natureza pela força de trabalho, numa clara limitação do homem a uma coisa físico-econômica e da natureza a um grande e inesgotável arsenal de recursos naturais, noções que se instalaram como o imaginário da sociedade industrial. Na origem de tudo isso, está o utilitarismo econômico do valor, que domina a relação ambiental. (MOREIRA, 2001, p.11).

Seguindo o raciocínio de Moreira, pode-se perceber a apropriação do homem e da natureza pelo sistema econômico, que os transformam em objetos, e

não em parte do sistema. Isto se torna possível a partir do momento em que, a ciência passa a ser usada para atender aos anseios do capitalismo.

Consequentemente, a classe dominante em detrimento do operariado passa a gozar de maior conforto, poder, riqueza proporcionada pelo lucro obtido através da exploração da classe trabalhadora. Este mesmo lucro patrocina a crescente industrialização, que intensifica as desigualdades sociais e proporciona o início do êxodo rural.

O trabalhador, submetido à nova ordem, iludido por melhores condições de vida, realizava seus serviços sob péssimas condições de trabalho, com jornadas extremamente longas. Neste contexto, insere-se também, a fim de baixar os custos da produção, a mão-de-obra feminina, a infantil e a oriunda do campo, pois este tipo de mão-de-obra era mais barata.

A partir do final do século XIX surgem novas invenções aliadas às novas descobertas científicas e aos avanços tecnológicos, que oferecem condições para uma nova dinâmica produtiva. O uso do petróleo para a produção de energia, a invenção dos motores à combustão e do aço impulsionam esta nova fase, que proporcionam o avanço dos meios de transporte e comunicação. A indústria também se desenvolve estabelecendo nova dinâmica social. Estas condições são as que os autores denominam Segunda Revolução Industrial.

Eis que surge para um novo momento histórico, uma nova estruturação do trabalho, levando-o a especialização. Modelos como Taylorismo e o Fordismo são introduzidos nas indústrias. A ordem é produzir em série e em massa.

Em síntese, o sistema Taylorista/fordista caracteriza-se pelo padrão de produção em massa, que objetiva reduzir os custos de produção bem como ampliar o mercado consumidor, com produção homogeneizada e padronização dos modelos. Através deste processo o trabalho passa a seguir uma rotina, passa a ser robotizado, disciplinado e repetitivo. O parcelamento das tarefas conduzirá o trabalho operário à desqualificação profissional. (ANTUNES, 2002, p. 28-38)

A nova estruturação do trabalho divide a classe trabalhadora entre quem pensa e quem executa. Implanta-se uma nova política de controle do trabalho a “gerência científica”.⁷ Neste sentido as tendências existentes são intensificadas e a divisão do trabalho torna-se ainda mais detalhada.

Ricardo Antunes aborda as características e causas deste modelo produtivo. Para este autor o novo padrão produtivo:

[...] estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição de tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto

⁷ Gerência científica: o conceito de Gerência científica é atribuído a F.W. Taylor. Seu propósito é controlar o trabalhador para que ele produza uma quantidade ideal, que ofereça mais lucro ao empregador, trabalhando num ritmo máximo que seu corpo possa agüentar, bem como todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrada no departamento de planejamento ou projeto. O administrador deve reunir todo o processo produtivo e reduzi-lo a regras, leis e fórmulas. (TAYLOR apud BRAVERMAN, in: PEDROSO, 1987, p.103).

repetitivo de atividades [...]. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire*⁸ do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atualidade do trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva. (ANTUNES, 2004, p. 335-351).

Esse sistema rígido de trabalho, com intensificada jornada, eliminação do saber individual leva a apropriação intensificada do operário, negando-lhe qualquer participação na organização do processo produtivo, desqualificando-o.

Assim sendo, o trabalhador é reduzido a um mero operador de máquina, pode ser substituído a qualquer momento, pois participa somente de uma pequena e simples tarefa do processo produtivo. O mesmo fica subordinado ao empregador, pois ao menor sinal de descumprimento da ordem, pode ser demitido. Para supri-lo o patrão conta com o exército-de-reserva⁹.

Como neste momento o trabalho cerebral, o projeto, a organização do processo produtivo são destinados a outro pequeno setor da indústria, cria-se uma hierarquia e divisão da classe trabalhadora.

A contínua dinâmica tecnológica, o progresso das ciências somado ao irregular, porém sucessivo desenvolvimento do capitalismo norteia em meados do século XX a Terceira Revolução Industrial. Esta surge sob a égide da microeletrônica, da robótica industrial, da computadorização e do desenvolvimento da química e biotecnologia. Eis que surge o que Milton Santos caracteriza como meio técnico-científico-informacional, pelo fato de ciência e técnica estarem profundamente inter-relacionados.

Diante das inovações, surge um novo paradigma para ocupar o lugar do binômio taylorista/fordista, regido pela regulação técnica e do trabalho que está em crise, o toyotismo. O toyotismo, que vem dar nova direção às inovações capitalistas de produção, nasce no Japão para reestruturar a economia japonesa, posteriormente é levado para outros países dando impulso à economia e aumentando a produção. Possui como peça central a computação, que introduz a flexibilidade no processo produtivo. Todavia, segundo Moreira (2005), “quando há mudança na técnica, também há a necessidade de se mudar a configuração do trabalho”. Inicia-se a fase de desmonte das velhas estruturas. Inovações tecnológicas e de gestão são implantadas, para dar suporte à nova dinâmica a produção econômica.

⁸Savoir-faire: capacidade intuitiva de saber lidar com qualquer situação que surja.

⁹ Paulo Sandroni discute este conceito em seu livro *O que é mais-valia* (1985, p. 85-97).

Neste sentido ocorre a reaproximação entre trabalho de concepção e trabalho de execução. O novo paradigma tem uma nova intenção apropriar-se também do intelectual do empregado, e o faz através de planos como os CCQs (Círculo de Controle de Qualidade), e dos programas de qualidade total, dentre tantos outros. No entanto, estes não desfazem o estranhamento do trabalho. Isto ocorre porque a captura da subjetividade do trabalhador não se desfaz por meio do envolvimento na produtividade, pois o trabalhador ainda desconhece o processo total da produção e o destino da sua produção.

Sendo assim, a alienação é imperativa em todos os níveis da classe trabalhadora, que está ainda mais fracionada. A fragmentação do trabalho chega até a atividade de criação do ciclo produtivo.

Sobre as várias formas de alienação e estranhamento do trabalho, John Holloway afirma que:

[...] se humanidade é definida como atividade - a pressuposição básica de Marx - então alienação significa que a humanidade existe sobre forma de inumanidade, que os sujeitos humanos existem como objetivos. Alienação é a objetivação do sujeito. O sujeito (homem ou mulher) aliena sua subjetividade, e esta subjetividade é apropriada por outros [...]. Ao mesmo tempo, [em que] o sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformado no sujeito da sociedade. A objetificação do sujeito implica também na subjetificação do objeto. (HOLLOWAY apud ANTUNES, 2002, p.41, grifo do autor).

Vale ressaltar que a alienação, que antes era característica dos empregados permanentes, agora se aprofunda em uma nova classe, oriunda do processo de enxugamento das empresas, conseguida através da chamada “produção enxuta”¹⁰. Os funcionários desempregados, os terceirizados, os temporários ou informais, também, são colocados no processo de alienação do processo produtivo. De acordo com as investigações e estudos de Antunes as

[...] consequências das mutações no processo produtivo são imediatas no mundo do trabalho sendo elas: “desregularização enorme dos direitos do trabalho, [...] ; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua

¹⁰ Produção enxuta: caracteriza-se pela eliminação de custos decorrentes de desperdícios causados pelo uso inadequado de equipamentos, peças e componentes defeituosos e pela polivalência dos trabalhadores - uma das novas e fundamentais características do novo mercado de trabalho - em contraposição à extrema especialização dos trabalhadores sob o fordismo. Com isso tem fim boa parte das necessidades de pessoal de gerência, revisão técnica e controle de qualidade, ao mesmo tempo em que se exigem estoques menos volumosos, capazes de fácil distribuição e com grandes vantagens de estocagem. (SILVA apud PEDROSO, p.20).

conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo num ‘sindicalismo de empresa’.” (ANTUNES, 2002, p.30).

Geralmente, é negada a nova classe de trabalhadores os direitos trabalhistas conseguidos por meios dos sindicatos, das revoltas e das lutas da classe trabalhadora. Os desempregados ficam desprovidos dos meios pelos quais garantem sua sobrevivência e de sua família, sendo a eles negado o convívio social, segregando suas atividades públicas e individuais.

Diante das novas características, funções e formas de trabalho fazem-se necessário à inclusão de novas categorias de trabalhadores no conceito de classe trabalhadora. São eles: Prestadores de serviços, ambulantes, assalariados, comissionados, diaristas, sazonais, trabalhadores no campo da formalidade e da informalidade, trabalhadores urbanos, rurais e proletárias. A diversidade é grande e as características são diferentes demais das do século passado. Algumas funções aparecem, enquanto que outras desaparecem. Hoje, no entanto, a classe trabalhadora é bem mais ampla, abrangendo toda complexidade acima citada.

A classe trabalhadora [...], é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada. Que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.343).

Em presença da competitividade por um trabalho, os trabalhadores vêm a necessidade de se qualificar, buscando aprimoramento como formas de garantir o emprego. Ou muda de função, integrando-se em outra atividade oriunda do processo de tecnificação e mecanização do processo produtivo, sendo ele na área da indústria urbana, dos complexos agroindustriais, ou mesmo no campo que também passa pelo mesmo processo de reestruturação.

Para o autor acima citado, a classe trabalhadora hoje,

[...] também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *par-time*¹¹, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.342).

¹¹ *Par-time*: empregos temporários, onde geralmente paga-se menos aos trabalhadores e estes geralmente também são desprovidos dos direitos garantidos.

Portanto, hoje a classe trabalhadora não pode ser vista somente como proletariado industrial, ela vai além, abrangendo todas as formas de trabalho que estão incluídas no modelo capitalista, sendo eles os formais, os informais, os rurais, os terceirizados, entre outros.

Considerações finais

Desde os primeiros anos da década de 1970, profundas mudanças correram no processo produtivo alterando o cenário econômico mundial. Viu-se uma limitação do modelo de produção em massa e uma intensa globalização da economia acompanhada de profundas modificações econômicas, políticas e técnica nos últimos anos.

A conjugação de novas tecnologias, com redução de tempo e custos, combinado ao novo sistema organizacional tem estimulado as empresas a fazerem ajustamento na sua estrutura para se tornarem competitivas, com isso provoca uma contínua diminuição do número de postos de trabalho, aumento nas taxas de desemprego, subemprego, e ampliando a exclusão social, expandindo a miséria e a informalidade.

Falar em capitalismo contemporâneo é aceitar que o mundo atual presencia um novo tipo de capitalismo, diferente do que foi verificado nos processos históricos precedentes. E o que diferencia o momento atual dos anteriores são as profundas transformações que ocorreram no processo, ou padrão, de valorização do capital nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação). **Caderno CNH**; Salvador; n.37, p. 23-45, julho/dezembro, 2002.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação & Sociedade**. Campinas; v.25, n.87, p. 335 – 351, maio/agosto, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>, acesso em: 03 out. 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980, 139p.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, v. 1, p. 49 – 51.

_____. **O capital: critica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MOREIRA, Igor Antonio Gomes. **Geografia:** geografia geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2005, 166p.

MOREIRA, Ruy. As Novas Noções do Mundo (geográfico) do Trabalho. **Ciências Geográficas;** Bauru, n. 7, v. 3, p. 10-13; setembro/dezembro, 2001.

SINGER, Paul. **O capitalismo:** sua evolução, sua lógica, sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987, 87p.

THOMAZ Jr. Antônio. **Por uma geografia do trabalho.** Presidente Prudente, 2002, p. 4. Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso em: 10 mar. 2010.